

ALEGAÇÕES FINAIS

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA ____ VARA DO TRABALHO DE

PROCESSO Nº: _____

RECLAMANTE: _____

RECLAMADA: _____

I – SÍNTESE DOS FATOS

O Reclamante ajuizou a presente reclamação trabalhista alegando, em síntese, que foram violados seus direitos laborais, conforme consta nos autos. Restou incontroverso no curso da instrução o vínculo empregatício e as condições de trabalho descritas, cabendo à Reclamada demonstrar a improcedência dos pedidos com provas robustas e fundamentação jurídica.

II – DAS ALEGAÇÕES

1. Da ausência de comprovação das alegações da Reclamada

A Reclamada não logrou êxito em comprovar a regularidade dos pagamentos e o cumprimento das obrigações trabalhistas, especialmente no que tange às horas extras, adicionais e verbas rescisórias. A ausência ou insuficiência de documentos configura presunção relativa em desfavor da parte que detém o ônus da prova, conforme o artigo 818 da CLT e artigo 373, inciso II do CPC.

2. Da jornada de trabalho e das horas extras

Ficou demonstrado que o Reclamante laborava em jornada superior à legal, sem a devida contraprestação das horas extras e adicional noturno, conforme testemunhas e documentos anexados. Requer-se a condenação da Reclamada ao pagamento das horas extras laboradas, acrescidas do adicional legal, com reflexos em férias, 13º salário, FGTS e demais verbas.

3. Dos adicionais de insalubridade e periculosidade

Conforme perícia técnica, restou comprovada a exposição do Reclamante a agentes insalubres/perigosos sem o devido pagamento dos adicionais correspondentes, devendo a Reclamada ser condenada a pagar tais verbas com os devidos reflexos legais.

4. Das verbas rescisórias

A Reclamada não efetuou o pagamento correto das verbas rescisórias, em especial multa do artigo 477 da CLT, multa do artigo 467 da CLT, aviso prévio, saldo de salário e liberação do FGTS, com a devida multa de 40%.

5. Da Justiça Gratuita e Honorários Advocatícios

Requer-se a concessão dos benefícios da justiça gratuita, por ser o Reclamante pessoa pobre na acepção jurídica do termo, e a condenação da Reclamada ao pagamento de honorários advocatícios, conforme previsão do artigo 791-A da CLT.

III – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

- a) A total procedência dos pedidos formulados na inicial;
- b) A condenação da Reclamada ao pagamento das horas extras, adicionais, verbas rescisórias e demais direitos trabalhistas, com os devidos reflexos legais;
- c) A concessão dos benefícios da justiça gratuita;
- d) A condenação da Reclamada ao pagamento de honorários advocatícios;
- e) A intimação da Reclamada para apresentar todos os documentos comprobatórios, sob pena de confissão;
- f) A produção de todas as provas em direito admitidas, em especial prova testemunhal, pericial e documental;
- g) A condenação da Reclamada ao pagamento das custas processuais;

Nestes termos,
Pede deferimento.

Advogado(a)

OAB/___ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://modelo-jus.com/alegacoes-finais/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://modelo-jus.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.

Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.

Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.